



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 15.689/19

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **PBPrev – Paraíba Previdência**, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a *Sra. Maria do Socorro Muniz*, matrícula nº 141.118-7, Professora de Educação Básica 3, lotada na Secretaria de Estado da Educação, que contava, à época do ato, com 25 anos, 34 meses e 15 dias de tempo de serviço e idade de 60 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria A nº 1483], e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 15.689/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria do Socorro Muniz*

Órgão: **Paraíba Previdência - PBPrev**

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2.153/2019

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 15.689/19** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sra. Maria do Socorro Muniz*, matrícula nº 141.118-7, Professora de Educação Básica 3, lotado na Secretaria de Estado da Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, [Portaria A nº 1483], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 21 de novembro de 2019.**

Assinado 21 de Novembro de 2019 às 12:08



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 21 de Novembro de 2019 às 12:06



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira  
Filho**  
RELATOR

Assinado 22 de Novembro de 2019 às 08:40



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO